

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

ATA DE REUNIÃO

Assunto	Reunião de Análise da Estratégia de 2022
Data	06/04/2022
Abertura	Procurador-Geral do Trabalho
Participantes	Adriana Augusta de Moura Souza, Ana Carolina Fernandes Costa, Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, André Luis Souza, Andrea da Rocha Carvalho Gondim, Ariane Castro de Araújo Miranda, Augusto Grieco Santanna Meirinho, Cassio Calvilani Dalla-Dea, Eliane Araque dos Santos, Eriádny de Jesus Sena Reis, Ericka Rodrigues Duarte, Fábio Goulart Villela, Flávia Veiga Bauler, Gláucio Araújo de Oliveira, Gustavo Luis Teixeira das Chagas, Heloisa Maria Moraes Rego Pires, Ileana Neiva Mousinho, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Jefferson Luiz Maciel, José Pedro dos Reis, José de Lima Ramos Pereira, Luciano Lima Leivas, Ludmila Nascimento Soares, Ludmila Reis Brito Lopes, Luísa Nunes de Castro Anabuki, Márcia Cristina Kamei Lopes Aliaga, Maria Aparecida Gugel, Melícia Alves de Carvalho Mesel, Renan Bernardi Kalil, Ronaldo José de Lira, Ronaldo Lima dos Santos, Simone Cerqueira Dumont, Tadeu Henrique Lopes, Ulisses Dias de Carvalho, Vanessa Fucina Amaral de Carvalho, Wagner Gomes do Amaral e Weslei Gomes de Sousa.
Abertura	
<p>O Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, abriu a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), cumprimentou a todas e todos, e explicou que, devido à participação dele na reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), a RAE seria conduzida pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel e pela Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Ludmila Reis Brito Lopes. O Procurador-Geral do Trabalho informou que retornaria para a RAE assim que finalizasse a reunião do Conselho. Pontuou ainda que o propósito da reunião é analisar os resultados alcançados em 2021, verificar o que precisa ser acertado e ressaltou que há todas as condições para o MPT avançar, sobretudo por conta do processo de retomada dos trabalhos presenciais. O Procurador-Geral declarou que espera um 2022 de conquistas nos segmentos finalístico e administrativo. Agradeceu a participação dos envolvidos para a realização da RAE e da importância do Planejamento Estratégico. Por fim, o Procurador-Geral disse que recebeu os trabalhos de duas comissões para o 22º Concurso, garantiu a 9ª nomeação e marcou a posse dos nove novos(as) Procuradores(as) do Trabalho para o dia 18 de abril. Ele convidou todos e todas para participarem.</p>	
Resultados do exercício de 2021	
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2021	
<p>O Procurador-Geral do Trabalho passou a palavra para a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, que cumprimentou os(as) participantes da reunião e reforçou o que foi dito pelo Procurador-Geral do Trabalho sobre repensar o Ministério Público, analisar os resultados e melhorá-los quando for necessário. Em seguida, a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho passou a palavra para a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Ludmila Reis Brito Lopes, que cumprimentou a todos e todas.</p>	

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica iniciou a fala explicando que não é possível melhorar os resultados sem transparência de dados e de resultados, e explicou que às vezes o trabalho é feito, mas não é mensurado e divulgado. Portanto, ressaltou que essa deve ser a primeira reflexão, pois para saltos de qualidade é preciso divulgar e ver as falhas para engajar as pessoas nos projetos. A Secretária de Planejamento exemplificou com projetos existentes desde 2009 e que ainda não possuem linha de base para o estabelecimento de metas. Pontuou que seu objetivo será a divulgação de ações e de resultados para tornar conhecidos aqueles que são referência em determinados assuntos. Ademais, pontuou que atuar em projeto significa operar em equipe e que todos envolvidos precisam saber o que é feito. Desse modo, a Secretária ressaltou que os resultados consolidados referentes a 2021 serão divulgados para todos do MPT. Em seguida o Assessor-Chefe da SGE, Wesley Gomes de Sousa, expôs a apresentação com os resultados quantitativos e qualitativos de 2021. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica realizou dois apontamentos:

1. Não foi possível colher a mensuração para vários indicadores, seja porque na medição foi verificada sua complexidade, seja porque houve um problema no sistema Gaia, do qual deveriam ser extraídos alguns dados.
2. Ao longo da vigência do Plano de Gestão Nacional, iniciativas estratégicas foram retiradas do PGN, para conclusão, adequação, ou ajustes que os Segmentos consideraram necessários. Assim, com o término da vigência do PGN em 2022, será preciso analisar as iniciativas que vão compor o novo PGN para que tenham também aderência ao plano do Procurador-Geral do Trabalho e espelhem verdadeiramente o trabalho dos setores. Necessário ainda analisar a relevância dos indicadores com o propósito da instituição.

A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica pontuou que, em uma análise abrangente, foram apresentados resultados satisfatórios, inclusive com mensuração dos indicadores, mas que algumas Coordenadorias enviaram relatórios que podem ser melhorados no detalhamento, tendo em vista que a leitura de tais documentos gerou dúvidas. Ademais, a Secretária ressaltou que as iniciativas finalísticas constantes do PGN atual são projetos, mas a atuação por projeto é uma parte do trabalho do MPT. Dessa forma, a Secretária considerou relevante a inclusão de alguns indicadores finalísticos, sendo o primeiro de resolutividade, que considera o arquivamento por regularização de conduta, os TACs firmados e as ações ajuizadas por Coordenadoria; e o segundo ligado à duração do procedimento. Esses novos indicadores devem abranger Regionais e Coordenadorias. O Assessor-Chefe complementou que o consolidado dos resultados estará disponível na página da intranet da SGE. Sobre os Grupos de Atuação Especial Trabalhista - GAETs, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica pontuou que o Procurador-Geral do Trabalho enviou Ofício às Regionais, bem como ela encaminhou mensagem no grupo de Procuradores-Chefes reforçando a demanda e informando que o material será repassado ao Corregedor para que possam ser feitos os devidos acompanhamentos.

O Diretor-Geral, Procurador Regional do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira, falou sobre a gestão orçamentária pós pandemia, destacando as despesas de deslocamento de membros e a importância de serem programadas. Além do mais, abordou a questão da aquisição, locação, e construção de imóveis, e a análise da questão local, considerando o teletrabalho. O Diretor-Geral pontuou que a PGR se posicionou sobre o alto custo da manutenção de imóveis no caso de aquisição, e manifestou que a Diretoria-Geral do MPT se coloca à disposição para contatos com as Unidades, em casos que, considerando a realidade local, seja essa a opção da Unidade. O Diretor-Geral ressaltou algumas medidas realizadas no período: licitações centralizadas, que geraram resultados satisfatórios, pedido

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

de antecipação da execução orçamentária das PRTs para evitar a correria nos gastos no fim do exercício. O Diretor-Geral disse que se comprometeu em atender as demandas das Regionais, pontuando a impossibilidade de patrocinar a busca por recursos na PGT se a Regional os possuir, ou seja, a Unidade deve executar os recursos em sua posse para depois procurar a Diretoria-Geral. Neste ponto da reunião a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica registrou que a execução orçamentária de 2021 foi a melhor dos últimos anos e apresentou a RAE realizada em 2020 para mostrar a evolução ocorrida. O Diretor-Geral foi questionado sobre o teletrabalho e disse que é preciso esperar o primeiro mês para se ter uma ideia dos pedidos, mas afirmou que a Diretoria-Geral está analisando e liberando os procedimentos recebidos.

Em seguida, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou um documento com o monitoramento do plano de gestão do PGT, contendo 111 iniciativas distribuídas em 5 eixos (gestão finalística, gestão administrativa, proteção institucional, diversidade e inclusão e comunicação) e informou que o documento seria compartilhado. A Secretária da SGE ressaltou o cumprimento de alguns pontos como a promoção simultânea, a estruturação das subcâmeras da CCR e a transparência nas substituições, no setor pericial e nos GEAFs. Em relação aos GAETs, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica citou o desafio dos projetos nacionais tocados principalmente pelos devidos Ofícios Especializados e o papel dos Coordenadores para engajar os membros. A Secretária informou que a SGE trabalhou em um instrumento para levantar informações dos projetos executados via GAETs e que houve a consolidação dessas informações por Unidade e por Projeto Nacional, área temática, para que tanto os Chefes das Unidades, quanto Coordenadorias Nacionais possam acompanhar. Além disso, a Secretária pontuou a importância do papel de coordenação do gerente de projetos. Neste momento da reunião, foi concedido espaço de fala aos participantes:

PARTICIPAÇÕES DOS INTEGRANTES DA RAE

A palavra foi concedida ao Coordenador Nacional da Conalis, Ronaldo Lima dos Santos. O Coordenador Nacional agradeceu o trabalho da SGE e expôs a dificuldade de os Coordenadores demandar os colegas do GAETs, sendo necessário aprimorar a comunicação para articular a condução dos GAETs com os membros à frente desses grupos.

A Coordenadora Nacional da Codemat, Márcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, cumprimentou os(as) participantes da RAE, parabenizou o trabalho da SGE e falou sobre perspectiva geral dos resultados que ajudam a identificar os gargalos e problemas do dia a dia. Contudo, ela reforçou a fala do Coordenador da Conalis sobre a necessidade de melhorar a sintonia e comunicação com os GAETs para que seja compreendido o papel desses grupos, porque houve atrito diante da verificação de demandas relativas à execução de projetos. Complementou que nessa questão, a Corregedoria pode ajudar. Ainda ponderou que os Coordenadores Nacionais acreditam no trabalho das Coordenadorias, mas não há uma isonomia remuneratória frente aos Coordenadores dos GAETs. A Coordenadora da Codemat se mostrou otimista em relação às capacitações realizadas pela PGT para conseguir chegar aos integrantes dos GAETs, pois é possível direcionar os cursos de interesse para os membros que integram esses grupos. Em seguida, a palavra foi passada para a Coordenadora Nacional da Coordinfância.

A Coordenadora Nacional da Coordinfância, Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, relatou dificuldade em acompanhar os membros que compõem os GAETs, destacando resistência quanto à burocracia em informar resultados, e sugeriu pelo menos um servidor para compor o GAET de todas

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

as Regionais. Por fim, a Coordenadora da Coordinfância reforçou a necessidade de a Corregedoria acompanhar os casos com o tema de trabalho infantil.

O Subsecretário de Desenvolvimento e Sustentação dos Sistemas da Atividade Estruturante, José Pedro dos Reis, disse que se reuniu com a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica para disponibilizar os dados produzidos nas Regionais em relatórios gerenciais a fim de se monitorar os projetos nacionais, pois os dados hoje são dispersos. Para isso, o Subsecretário informou que será priorizado o desenvolvimento do sistema Fridays (a Secretária da SGE informou que o sistema receberá um novo nome), o que deve facilitar o trabalho de todos(as).

A Vice-Procuradora-Geral do Trabalho retomou a palavra e disse que concordava com as colocações dos Coordenadores Nacionais e explicou que fora discutido o papel dos Coordenadores Nacionais em coordenar harmonicamente os projetos executados nos GAETs, ressaltando que, no momento de atuar junto aos GAETs, é preciso estabelecer uma ponte hierárquica. O trabalho estratégico pensado nas Coordenadorias deve se capilarizar em todos os projetos, especialmente nos projetos dos GAETs, haja vista que os projetos nacionais são a imagem institucional externa do Ministério Público. A Vice-Procuradora também lembrou que os Coordenadores e Gerentes de projeto não são Corregedores, mas uma linha de comunicação é fundamental, sobretudo porque há estrutura para desenvolver os trabalhos.

O Procurador-Geral do Trabalho registrou que na criação dos GAETs a ideia foi equipará-los aos GAECOs do MPF, mas sem a possibilidade de remunerar Gerentes de Projetos e Coordenadores Nacionais, como ocorre no MPF. Em relação à estrutura, informou que cada Procurador tem gabinete, e que esse deve ser utilizado no GAET. Portanto a prioridade atual é estruturar os gabinetes. O Procurador-Geral do Trabalho ressaltou ainda que falta engajamento dos membros dos GAETs. Neste momento da Reunião a Coordenadora da Codemat retoma a palavra.

A Coordenadora Nacional da Codemat, pontuou que compreende as amarras administrativas, mas sinalizou a necessidade de encontrar soluções devido a entrada de novas remunerações e seus desfechos.

A Coordenadora Nacional da Coordinfância acrescentou duas colocações, uma de os Promos ligados aos GAETs serem correicionados e a outra de as substituições precisarem ser mais efetivas.

O Coordenador da Conalis solicitou a palavra e disse entender que o membro ao ingressar voluntariamente no GAET (que deve ter uniformização nacional) aceita as diretrizes do projeto, posição que foi ratificada pelo Procurador-Geral do Trabalho.

A Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), Eliane Araque dos Santos, cumprimentou os colegas e as colegas, parabenizou a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, bem como os trabalhos desenvolvidos anteriormente pela Procuradora do Trabalho Leticia D'Oliveira Vieira e pelo Procurador do Trabalho Mário Antônio Gomes. A Coordenadora da Câmara se solidarizou com os Coordenadores e Coordenadoras Nacionais que fizeram suas participações na reunião e pôs a CCR à disposição das demandas. Em seguida, ela falou que demandou a SPAI um maior detalhamento dos relatórios da CCR para levar informações às Coordenadorias sobre os temas e atribuições que lhes competem. Sobre o racionamento da atuação finalística, que envolve a duração do processo, ponderou ser tema polêmico e que segundo CNMP deveria estar limitado a dois anos. Contudo, há procedimentos nos quais é impossível a conclusão em

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

dois anos, como no caso do cumprimento de cota de pessoas com deficiência em empresas grandes e, nesse sentido, a CCR tem conversado com as Regionais para se chegar ao melhor encaminhamento, levando em conta a realidade da Regional para imprimir maior racionalidade nas tramitações das NFs. Além disso, Coordenadora da CCR pontuou sobre a necessidade de nova Resolução sobre a atuação finalística.

O Procurador-Geral do Trabalho agradeceu a participação da Coordenadora da CCR e passou a palavra ao Corregedor-Geral, Jeferson Luiz Pereira Coelho, que agradeceu ao convite e falou sobre a importância da participação na reunião, porque os Órgãos não funcionam de forma estanque e foi a primeira vez que teve conhecimento de certas demandas. O Subprocurador-Geral pontuou que a Corregedoria procura desenvolver seus trabalhos com a finalidade de atender às demandas do MPT e que tem posição firme quanto à Independência Funcional, que é uma proteção ao membro do Ministério Público para exercer sua atividade e não se omitir, sendo o princípio maior o da Unidade.

O Procurador-Geral do Trabalho agradeceu a importante fala do Corregedor-Geral e destacou que nos seis meses de sua gestão buscou viabilizar estrutura de trabalho para os membros e, nesse sentido, alocou mais servidores e CCs, mesmo diante de perda de orçamento por parte do MPU, o que afetou o MPT. Logo, relatou que não é possível atualmente criar estrutura para GAETs, mas o gabinete do membro pode atuar nessa atividade. O Procurador-Geral do Trabalho passou a palavra para a Secretária da SGE.

A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica explanou ter se sentido contemplada com todas as falas, e endossou a fala do Procurador-Geral do Trabalho sobre as soluções do MPT não passarem necessariamente pela admissão de mais servidores, sendo que soluções podem ser atreladas à revisão de processos de trabalho. Outros pontos destacados pela Secretária foram: 1) a comunicação por ocasião da instalação dos Ofícios dos GAETs, oportunidade que foi dito aos Procuradores-Chefes que tais grupos não eram obrigatórios e havia problemas com as substituições; e 2) a diferença entre trabalho realizado na perspectiva institucional, em que pode haver verificações, inclusive alinhado com a Corregedoria.

A Ouvidora do MPT, Heloisa Maria Moraes Rego Pires, requereu a palavra e disse que todas as iniciativas estratégicas contidas da Ouvidoria, no Plano de Gestão Nacional, foram cumpridas, com a exceção da Ouvidoria Itinerante por causa da pandemia, mas que essa iniciativa será retomada.

Em seguida, o Procurador-Geral do Trabalho passou novamente a condução da reunião para a Secretária da SGE, que deu a oportunidade aos Coordenadores(as) para a apresentação da devolutiva das Coordenadorias.

DEVOLUTIVA DAS COORDENADORIAS QUANTO ÀS PRIORIDADES ELENCADAS NA GESTÃO

(CONATPA) A Coordenadora Nacional da Conatpa, Flávia Oliveira Veiga Bauler, relatou a dificuldade de mostrar aos colegas de Coordenadoria a importância da participação deles para a verificação do que é feito e alertou sobre a importância dos membros dos GAETs entenderem o trabalho por meio de projetos. Depois a Coordenadora Nacional citou como devolutiva a finalização de acordo de cooperação com a Antaq e com a Marinha do Brasil, a articulação com o Ministérios da Saúde e da Pesca. Sobre o desafio, a Coordenadora citou a melhora da interlocução com Órgão Interveniante da PGT, mas disse que ainda há dificuldade em saber quem contatar em assuntos de

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

interesse da Conatpa. A próxima a se pronunciar sobre a devolutiva foi a Vice-Coordenadora Nacional da Coordigualdade.

(COORDIGUALDADE) A Vice-Coordenadora Nacional da Coordigualdade, Melícia Alves de Carvalho Mesel, disse que a Coordenadoria executou a campanha sobre o enfrentamento da violência e assédio no ambiente de trabalho da Convenção 190 da OIT, realizou o evento do dia de luta pelas pessoas com deficiência, providenciou a revista em quadrinhos sobre violência doméstica, realizou o curso racismo e gênero com grande engajamento, além de rodas de conversa sobre obras fundamentais antirracistas. A Vice-Coordenadora citou a inclusão, no site do PCD Legal, de: versão da Convenção 190 e da Recomendação 206, ambos da OIT, Lei Maria da Penha atualizada em versão acessível a pessoas com deficiência. A Vice-Coordenadora ressaltou ainda o evento reconecta e o recebimento de 27 artigos para o livro sobre violência, assédio e tecnologia, dos quais 18 foram selecionados.

(CONAFRET) Em seguida, a devolutiva foi do Coordenador Nacional da Conafret, Tadeu Henrique Lopes da Cunha, que apresentou a dificuldade de implementação de projetos em GAETs, inclusive de trabalhar com indicadores, sobretudo com o projeto Plataformas Digitais. O Coordenador citou que as dificuldades são menores em relação ao projeto FGTS, por ser mais simples e objetivo para o trabalho no âmbito do GAET.

(CONALIS) O Coordenador Nacional da Conalis listou os quatro projetos ligados a Coordenadoria (MPT no Combate aos Atos Antissindicais, MPT Mediador, Sindicalismo e Diversidade e Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS) e disse que buscam realizar as atividades com avanço importante no projeto MPT Mediador. Citou também atividades junto ao NUPIA e pilotos do projeto Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS.

(CODEMAT) A Coordenadora Nacional da Codemat informou que o projeto Frigoríficos exerce um papel focalizador importante. Primeiro o foco foi na NR-36, depois abordou a questão ergonômica e, com dados, verificou-se muitos acidentes no setor, seja os acidentes típicos ou com doenças osteomusculares. Por tais motivos era estudado uma ampliação no escopo do projeto, mas a Covid-19 trouxe um impacto importante nos frigoríficos e os trabalhos foram voltados para expedição de recomendações, confecção de notas, firmamento de TACs e acompanhamento de ações judiciais. A Coordenadora citou dois reverses nesse período relativo aos Frigoríficos a alteração das pausas necessárias para repouso, previstas no Art. 253 da CLT, que foi objeto de diversas audiências públicas (conjunta com as Assembleias Legislativas) em estados produtores o que levou ao arquivamento do PL. A Coordenadora pontuou também que mais recentemente teve a revisão da NR-36, que foi objeto de judicialização, inclusive foi abordada a questão de trabalho indígena em frigorífico, e o MPT conseguiu uma liminar que paralisou o processo de revisão da NR. A Coordenadora também falou que o projeto do Amianto ainda segue, pois, o banimento ocorrido em 2017 foi apenas jurídico e a mina continua operando. Informou que as estratégias atuais são voltadas para saúde da população, que necessita de acompanhamento por no mínimo 30 anos e esse trabalho é executado em conjunto com o Ministério da Saúde. A Coordenadora destacou que são vários espaços de diálogo abertos: a Codemat participa da elaboração de um plano de ação, destina valores de TACs, negocia a criação de sistema de acompanhamento da saúde do trabalhador e realizará no mês de maio de 2022 o 3º Seminário Internacional do Amianto. A Coordenadora ressaltou que o projeto Câncer Relacionado ao Trabalho é incipiente e terá mudança de escopo para trabalhar com substâncias nocivas no ambiente de trabalho em geral e, para isso, será ofertado um curso pela ESMPU. Fora isso, destacou que foi firmado termo de cooperação com o INCA, que propõe capacitações nos territórios, principalmente pelos CERESTs, e são acompanhados estudos desenvolvidos no Ministério da Saúde,

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que se ampliam a cada ano, devido a estimativa de que mais de 40% dos cânceres no mundo possam ter relação com o trabalho. Nos GAETs, a Coordenadora pontuou que há o projeto de Fortalecimento do Trabalhador no SUS e o projeto Subnotificação de Acidente de Trabalho, que não são recortes de projetos existentes devido às suas peculiaridades como a interação com o SUS e com estados e municípios. A Coordenadora da Codemat enalteceu os Observatórios do MPT, nos quais foram incluídos dados do Sinan, que são espaços utilizados pelos CERESTs como direcionador de políticas públicas para saúde do trabalhador, bem como teve sua inclusão na grade da Escola Nacional de Saúde Pública, que tem um tópico nos cursos de especialização. A Coordenadora colocou que parte do projeto voltado à subnotificação de acidentes de trabalho, assim como oficinas que se desenvolveram ou ainda vão se desenvolver este ano, dependem de informações do sistema Cenário. Em seguida, a devolutiva foi passada para a Coordenadora da Coordinfância.

(COORDINFÂNCIA) A Coordenadora Nacional da Coordinfância, Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, destacou: a obra 20 Anos da Coordinfância, traduzida em inglês e espanhol; a contribuição para enfrentamento das piores formas de trabalho infantil; a realização de EADs para conselheiros tutelares, mesmo não cumprindo a meta em virtude da nova formatação das áreas responsáveis pela capacitação. Outro ponto apresentado pela Coordenadora foi a implementação do projeto Resgate a Infância em municípios produtores de cacau na Bahia. Essa ação culminou no ajuizamento de três ações contra as três maiores produtoras de cacau do Brasil e em procedimentos promocionais em nove municípios. A Coordenadora citou ainda uma articulação com a Polícia Federal para reverter o posicionamento sobre a impossibilidade de aprendiz no segmento da vigilância e trouxe a importância de alinhamento da COI com a CRJ na atuação recursal. Por fim, a Coordenadora disse que a pauta legislativa afeta à Coordinfância é um grande desafio, porém, com a realização de audiência pública sobre aprendizagem profissional, vista por atores externos, conseguiram frear a edição de uma medida provisória.

A Vice-Procuradora-Geral do Trabalho avocou a palavra para colocar que a interlocução da CRJ e COI é uma atribuição da Vice-Procuradoria-Geral e a articulação é feita por meio de um laboratório dentro da COI realizado por um grupo de trabalho voltado para atender as demandas das Coordenadorias, porque não é pacificado na COI a atribuição de se recorrer no Custos Legis. A CRJ deve atuar na ação recursal específica e a COI trabalha na perspectiva do recurso Custos Legis e foi iniciado com o atendimento de Custos Legis para as Coordenadorias. Assim, as demandas das Coordenadorias devem ser encaminhadas para o Subprocurador Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores, com cópia para o Gabinete da Vice-Procuradora-Geral do Trabalho para o acompanhamento. A Coordenadora Nacional da Coordinfância questionou sobre a realização da sustentação oral e a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho disse que a sustentação deve obedecer aos regramentos de designação e a sustentação por um membro quando outro é designado não deve ocorrer.

Em seguida, a Secretária Adjunta de Treinamento e Formação Continuada, Luísa Nunes de Castro Anabuki, solicitou a palavra e esclareceu que, para os cursos externos, foi feita minuta para contratação de plataforma que atenda a essa demanda e a minuta foi encaminhada para a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a qual foi realizada reunião para explicar a importância dessa contratação. A palavra foi permitida à Coordenadora da Codemat.

Coordenadora Nacional da Codemat reforçou a fala da Coordenadora Nacional da Coordinfância sobre atividade interveniente e pediu para que o tema fosse retomado em outro momento. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica solicitou o registro da demanda, falou que colocará em reunião

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que acontecerá em maio e ressaltou a necessidade do interesse na integração. A Secretária da SGE pontuou que, quanto às demais Coordenadorias, devido ao tempo dispensado à reunião, a devolutiva ocorreria em próxima oportunidade.

A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica agradeceu a participação de todas e todos na RAE, destacou que é um momento em que se consegue ter uma visão holística da Instituição e que as devolutivas permitem que os trabalhos não sejam estanques. A Secretária reforçou que encaminhará o material apresentado na reunião aos participantes, para considerações, e que posteriormente haverá a devida divulgação. A Reunião foi encerrada às 12:40.

WESLEI GOMES DE SOUSA

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Assessor-Chefe da SGE

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Procurador-Geral do Trabalho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 013668.2019.00.900/0 Ata de Reunião nº 000184.2022**

Signatário(a): **JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA**

Data e Hora: **21/06/2022 08:57:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **WESLEI GOMES DE SOUSA**

Data e Hora: **21/06/2022 13:30:41**

Assinado com login e senha

Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=8080173&ca=PUXJVRHWAG6HY6PM